

A CRISE NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

DRIEMEIER, Giovana Smolski*, UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil.

NOGUEIRA, Sandra Vidal, UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil.

Autor para correspondencia: giovana.driemeier@estudante.uffs.edu.br

RESUMO

Nos últimos anos, o tema da democracia tem ganhado espaço nos debates acadêmicos. No Brasil, do período que se estende de junho de 2013 até 2018, se estabelece uma situação de “mal-estar” no contexto da democracia do país. Considerando isso, o presente estudo teve como objetivo explorar a crise na democracia brasileira. Para tanto, empregou-se uma metodologia qualitativa do tipo bibliográfica e documental. Usou-se como parâmetro temporal o ano de 2012 até os dias atuais. A análise dos dados foi empreendida articulando-se as informações e estudos levantados. Como resultados, encontrou-se que o Brasil vem vivenciando um processo de enfraquecimento dos valores democráticos, intensificado por embates políticos, questionamento da legitimidade das instituições e ascensão de discursos que tensionam as estruturas da democracia. Assim, considerando a história pregressa de constituição do regime democrático no país, a instabilidade política e social atual, a ascensão de forças neoconservadoras e os ataques às instituições republicanas, evidencia-se como a democracia brasileira opera sob uma dinâmica cíclica de avanços e retrocessos. Conclui-se que, somente através de um pacto de compromisso coletivo com os valores democráticos se tornará possível reverter o quadro atual e consolidar um regime capaz de garantir a participação cidadã e a efetividade dos direitos fundamentais.

Palabras clave: Democracia; Recessão; Neoliberalismo; Economia.

LA CRISIS DE LA DEMOCRACIA BRASILEÑA: PERSPECTIVAS CONTEMPORÁNEAS

RESUMEN

En los últimos años, el tema de la democracia ha cobrado relevancia en los debates académicos. En Brasil, entre junio de 2013 y 2018, se instauró una situación de malestar en el contexto democrático del país. Ante esta situación, el presente

estudio se propuso explorar la crisis de la democracia brasileña. Para ello, se empleó una metodología cualitativa de tipo bibliográfico y documental. El período comprendido entre 2012 y la actualidad se consideró como parámetro temporal. El análisis de datos se realizó articulando la información y los estudios recopilados. Como resultado, se constató que Brasil ha experimentado un proceso de debilitamiento de los valores democráticos, intensificado por enfrentamientos políticos, cuestionamientos a la legitimidad de las instituciones y el auge de discursos que tensionan las estructuras democráticas. Así, considerando la historia previa del establecimiento del régimen democrático en el país, la inestabilidad política y social actual, el auge de las fuerzas neoconservadoras y los ataques a las instituciones republicanas, es evidente cómo la democracia brasileña opera bajo una dinámica cíclica de avances y retrocesos. Se concluye que solo mediante un pacto de compromiso colectivo con los valores democráticos será posible revertir la situación actual y consolidar un régimen capaz de garantizar la participación ciudadana y la efectividad de los derechos fundamentales.

Palabras clave: Democracia; Recepción; Neoliberalismo; Economía.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o tema da democracia tem ganhado espaço nos debates acadêmicos, principalmente das ciências sociais e políticas, especialmente buscando abarcar os impasses e tensões que marcam a relação entre Estado, instituições públicas e sociedade civil. De acordo com Bresser-Pereira (2005), a democracia se tornou um regime político predominante, durante o século XX, depois que o sufrágio universal pode ser plenamente alcançado. No final deste século, ocorre uma maior presença das organizações de responsabilização social. No campo da sociedade civil, exprimiui de maneira clara, que os regimes democráticos de algumas sociedades mais avançadas e também do Brasil, estavam se encaminhando para um novo patamar de desenvolvimento político.

A partir da redemocratização do Brasil, que se iniciou no final do século XX, emergem novas propostas de organização política, social e jurídica que buscam consolidar a cidadania plena. A Constituição de 1988 foi a marca institucional do novo processo histórico de redemocratização do país,

propondo uma descentralização do poder do Estado. Para Barroso (1998), ela traz atrelada em si, um valor simbólico, por ter sido ela quem marcou a restauração do Estado democrático de direito, superando uma forma de governar autoritária, onisciente e não pluralista, marcada por violência e intolerância. Assim, o produto desse movimento foi um escrito que simbolizou um recomeço, agora pautado na democracia plena, posta em uma sociedade onde todos deveriam ter lugar.

A Constituição de 1988 é caracterizada como sendo compromissória, analítica e dirigente. Diz-se compromissória por se tratar de um texto dialético, sem tendência ao predomínio de uma tendência política específica, buscando equilibrar os interesses do capital e do trabalho. É considerada analítica por deter um conteúdo extenso, que trata de assuntos que vão para além da organização básica do Estado. Por fim, dirigente, por optar pela via da inclusão, no texto constitucional de grandes linhas programáticas, que buscam indicar caminhos passíveis de serem percorridos pelos legisladores e pela administração pública, orientando o desenvolvimento e o bem-estar social, por meio de tarefas, fins e objetivos a serem seguidos (Barroso, 1998). Neste cenário iniciava um novo cenário democrático brasileiro, com muitos avanços e desafios a serem superados.

De acordo com Avritzer (2018), ao empreender uma análise linear acerca da implementação da democracia brasileira, é perceptível a presença de um antagonismo em seu progresso. Até o ano de 2013, os indicadores de curto prazo, indicavam a consolidação e o crescente fortalecimento da democracia no Brasil. No entanto, do período que se estende de junho de 2013 até 2018, se estabelece uma inversão da situação estabelecida até então, a partir de uma produção de “mal-estar” na democracia.

A percepção desse mal-estar, se inicia com as manifestações, ainda em

2013, que clamavam por melhorias nas políticas públicas e que foram potencializadas por uma série de ações, que não corroboraram com o fortalecimento do estado democrático. Destaca-se, dentre tais ações, “a hostilização pública de membros do sistema político e a concentração da atenção da sociedade em questões ligadas à corrupção, que acabaram sendo tratadas de forma anti institucional e antipolítica pela Operação Lava Jato” (Avritzer, 2018, p. 273-274).

Considerando isso, o presente estudo tem como objetivo explorar a crise na democracia brasileira, a partir de um pressuposto histórico e de elaborações de teóricos e estudiosos. Para tanto, usou-se como parâmetro temporal o ano de 2012 até os dias atuais.

2 METODOLOGIA

Visando atingir o objetivo proposto, empregou-se uma metodologia qualitativa do tipo bibliográfica e documental. A análise dos dados foi empreendida articulando-se as informações e estudos levantados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este ítem debe describir analíticamente los datos recolectados, con una explicación de lo observado y desarrollado en el trabajo. La descripción podrá apoyarse en recursos estadísticos, tablas y gráficos, creados durante la tabulación de los datos. En el análisis y discusión de los resultados se deben establecer relaciones entre los datos obtenidos, el problema de trabajo y la base teórica presentada en la revisión de la literatura. Los resultados se pueden dividir por temas con títulos formulados lógicamente.

A sexta eleição presidencial ocorrida no Brasil, após a promulgação da Constituição Cidadã, se deu em 2010. Nesta, concorreram no segundo turno Dilma Rousseff, pelo PT, tendo como vice Michel Temer e José Serra, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que tinha como vice Indio da Costa. Apoiada pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, Dilma venceu as eleições e foi eleita a primeira presidente mulher da República Federativa do Brasil.

De forma geral, pode-se dizer que o Governo Dilma seguiu a política econômica de seu antecessor. Como no início de seu governo a economia encontrava-se em crescimento, foi isso que a então presidenta buscou manter. No entanto, a partir de 2012, a economia passou a mostrar sinais de desaceleração.

De acordo com Bresser-Pereira (2016), a aglutinação de uma política fiscal expansionista e de um controle excessivo dos preços administrados, como o dos combustíveis e da energia elétrica, corroborou para que a inflação aumentasse e as contas públicas chegassem a um enfraquecimento. O governo de Dilma, visando contornar a situação e estimular a economia, optou pela adoção de medidas de desoneração fiscal para alguns setores em específico, o que culminou em um aumento do déficit fiscal para o país.

A desaceleração econômica começou a abalar os avanços sociais propostos pelo governo, em especial, após 2013, quando o aumento do desemprego e da inflação passou a se estabelecer. Corroborando com esse cenário, as manifestações que ocorreram em julho de 2013, traziam em seu bojo a crescente insatisfação com a qualidade dos serviços públicos e a ocorrência de uma degradação geral das condições de vida nas grandes cidades, o que, de acordo com Neri (2014) demonstraram que o desenvolvimento econômico do país não vinha caminhando junto, de maneira

proporcional, com melhorias na infraestrutura e nos serviços.

Essa informação é ratificada pelos resultados encontrados por Moura, Santos e Cabral (2022), quando empreenderam uma análise do desenvolvimento e da democracia nos governos de FHC e de Lula. Ao extraírem informações sobre o apoio à democracia do Latinobarómetro, os autores verificaram que quando a economia está em crescimento, o apoio a democracia também tende a crescer, indicando uma relação de confiança com o regime.

Foi possível identificar nos dados, que nos períodos em que houve maior crescimento e desenvolvimento econômico, a população acreditava que a democracia era capaz de solucionar problemas, e em contrapartida, quando esses indicadores apresentam queda, maior era o número de respondentes que diziam que a democracia não oferecia solução para os problemas. Concluem, então que “é possível inferir que o indivíduo que considera que a economia está bem apoia o governo e quer votar, e o indivíduo que acredita que a economia está mal não apoia o governo e não quer votar” (Moura; Santos; Cabral, 2022, p.65).

No contexto de queda na economia que se encontrava o Brasil, manifestações iniciaram-se em fevereiro de 2013 na cidade de Porto Alegre, conduzidas pelo grupo Bloco de Lutas¹³, que reclamavam contra o aumento na tarifa dos transportes públicos. Não obstante, elas se alastraram pelo país, adquirindo demandas diferentes da inicial, transformando-se em protestos contra a corrupção, os partidos políticos, os políticos em geral, o governo e

¹³ O Grupo Bloco de Lutas teve seu início em Porto Alegre, como uma aliança entre forças populares para coordenar lutas políticas e sociais. Assim, formou-se um grupo de movimentos sociais, sindicatos, ativistas e coletivos, que se ligaram para promover e organizar manifestações em prol de direitos sociais e contra as políticas neoliberais. Essa aliança alcançou destaque principalmente nas manifestações de junho de 2013.

inclusive os serviços públicos. Os integrantes eram jovens, pertencentes a grupos organizados ou que chegaram até as ruas por meio das redes sociais, com isso, formou-se uma diversidade de pessoas.

Já nos primeiros meses de 2014, ano em que o Brasil sediaria a Copa do Mundo de futebol, ocorreram mobilizações contrárias ao evento, por grupos de esquerda e movimentos sociais urbanos. Foram manifestações organizadas a partir de comunidades do facebook e de blogs. De acordo com Pinto (2017), os temas pareciam convergir com os de 2013, como a insatisfação com a corrupção, políticos, partidos, saúde, educação e segurança. No entanto, em 2014, o elemento Copa do Mundo, tinha potencial de um significativo vazio, abarcando em si mesmo os elementos de corrupção, de gastos desnecessários, e de incompetência governamental. Para a autora, a Copa do Mundo passou a significar o governo Dilma.

Para Pinto (2017), a vaia sofrida pela presidente Dilma, ao ter seu nome anunciado no evento de abertura da Copa do Mundo, inaugurou o discurso conservador, sobretudo antipetista, que passa a ganhar campo a partir de então. Via-se que o discurso petista, que por anos ocupara o lugar de articulador do povo, estava em crise. Enquanto a centro-esquerda estava desorganizada, a centro-direita se encontrava estruturada. E é nessa contingência que se formam duas posturas ideológicas opostas, uma anti-PT, que inclusive associava o partido com o comunismo Cubano e acusava o programa Bolsa Família de ser um arrecadador de votos do partido, e outra onde encontram-se manifestantes pertencentes a movimentos sociais e partidos de esquerda, que pediam melhores condições de vida.

Ao findar da Copa do Mundo, se iniciou a campanha eleitoral para presidência da República. O segundo turno foi disputado por Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB). O que ocorreu, com ainda mais força, foi a

consolidação do discurso de centro-direita, que ocupou as ruas dos bairros de classe média e de classe média alta do país. O discurso de centro-esquerda, por sua vez, encontrava-se desarticulado, seus integrantes eram os anteriores eleitores de Lula e de Dilma em 2010, mas que agora não ocupavam mais o lugar de militância, somente desejavam a continuação das políticas sociais propostas pelos respectivos presidentes. E é a partir destes eleitores, que Dilma venceu o segundo turno das eleições.

Essa eleição, em especial, marcou uma divisão do país. A pequena porcentagem de votos, 3,28%, pela qual Dilma venceu Aécio, deixou os eleitores deste último, inconformados, fazendo-os modificar o discurso anti-Dilma, por um discurso pró *impeachment*. A popularidade da presidente começa a cair drasticamente, sendo que em dezembro tinha 42% de ótimo e bom, na avaliação de seu governo, e em março tinha apenas 13% (Senado Federal, 2015).

Para Avritzer (2018) é possível perceber um padrão no desenvolvimento da democracia brasileira, sendo que, os momentos que esta apresenta recessão, são em um contexto de fortes divisões políticas, crise econômica e desacordo em relação ao projeto de país. Assim as crises de 1954 e 1964 se apresentaram. Após a constituição de 1988, parecia que a dinâmica havia mudado, ocorrendo 6 eleições (1989, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010) sem contestações eleitorais. No entanto, nas eleições de 2014 Aécio Neves não reconheceu a derrota e contestou o resultado eleitoral no TSE¹⁴.

¹⁴ Em ocasião das eleições de 2014, após a derrota de Aécio Neves (PSDB) para Dilma Rousseff (PT) no segundo turno das eleições presidenciais, Aécio contestou o resultado, alegando inconsistências e pedindo auditoria das urnas eletrônicas ao TSE, para apuração de possíveis fraudes na contagem dos votos. Depois de o partido, PSDB, contratar auditores independentes para conduzirem a investigação do sistema de 3500 urnas, constatou-se que os votos foram corretamente computados. No entanto, posteriormente, Jair Bolsonaro (PL) fez declarações alegando que as eleições de 2014 foram fraudadas e que a auditoria por inconclusiva, fazendo o que o tema voltasse à tona e ganhasse força novamente.

Ocorre que, quando a legitimidade das instituições é questionada, a democracia em si, também o é, afinal, a primeira é o que sustenta a segunda. Isso porque, quando se levanta esse tipo de dúvida, evidencia-se um compromisso frágil com as regras do jogo democrático, na medida que faz com que os cidadãos também passem a se questionar se de fato vivem dentro de prerrogativas democráticas (Maciel, 2005).

A desarticulação do discurso centro-esquerda, em contrapartida do fortalecimento do de centro-direita, não foi sem efeito, pois o governo não conseguia estabelecer uma significância ao seu mandato, o que fez com que os seus apoiadores, não tivessem onde se ancorar, dando cada vez mais espaço ao discurso que estava organizado (Rodrigues; Araújo, 2023). Emergiram, então, diversas postagens nas mídias sociais, de escritos conservadores, antipetistas e de ofensas à nível de cargo público e pessoal à Dilma Rousseff. As falas vinham em tom de agressão, na maioria das vezes. Assim, a oposição atribuiu a significação que faltava, ao governo.

Até março de 2015, ocasião de início das manifestações em prol do *impeachment* da presidenta, vários grupos já estavam organizados nas redes sociais, e faziam as convocações para as pessoas irem às ruas. No dia 15 de março, cerca de 2 milhões de pessoas manifestaram-se (G1, 2016), pedindo o *impeachment*, todas as demais questões estavam atreladas a essa, formando uma rede de significantes, de PT, Dilma e corrupção. Pinto (2017, p.149) diz que “O PT fora caracterizado como corrupto e sinônimo de Dilma”.

Nesse âmbito, ressurgiram elementos antigos, como os pedidos de intervenção militar e o anticomunismo. Estes foram dominantes nos argumentos dos partidos de direita e das Forças Armadas nos anos 1950, que fizeram culminar em um maior apoio e aceitação do golpe militar de 1964. Em 2015, por sua vez, a questão militar e comunista renasce ligadas ao

reconhecimento do governo venezuelano como comunista e ao estabelecimento de uma ligação deste com o PT.

Os protestos se repetiram em 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015. Em 13 de março de 2016, mais uma vez as pessoas foram às ruas protestar, no que foi considerado o maior ato de política da história da democracia brasileira, superando as Diretas Já ao reunir cerca de 3 milhões e 600 mil pessoas (G1, 2016).

Em 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, iniciou o processo de *impeachment*, embasado nos pedidos dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Estes, argumentaram que a presidenta cometeu crime de responsabilidade ao praticar as denominadas pedaladas fiscais, e ao editar decretos de abertura de crédito sem a devida autorização do Congresso Nacional. O caso foi encerrado no dia 31 de agosto de 2016, tendo como desfecho a cassação do mandato da então presidenta, porém sem a perda de seus direitos políticos.

O *impeachment* da, então presidente, Dilma Rousseff, foi baseado em um conjunto frágil de alegações, ao se considerar que a prática da “pedalada fiscal” era uma prática comum no comportamento dos presidentes anteriores ou governadores, além do mais, as evidências de acordos políticos que visavam a remoção da presidente de seu cargo, corroboram com a ideia de fragilidade. Para alguns, o processo de *impeachment*, foi lido como um golpe de Estado, devido às suas características que indicavam uma estratégia empreendida pelas elites econômicas, para a recuperação do poder do Estado, que a tempos encontrava-se com os políticos de esquerda (Rodrigues; Araújo, 2023).

Para Singer (2018), o que realmente estimulou o processo foi a

obstinação de Dilma em operar um ensaio desenvolvimentista no país, diante do Congresso e do Senado que defendiam a expansão das políticas neoliberais, a partir de uma diminuição na participação do Estado nas metodologias do mercado, segurança, assistência e direitos para os trabalhadores.

Michel Temer assumiu a presidência, em 31 de agosto de 2016, como vice de Dilma Rousseff e passou a governar a partir de uma política de desenvolvimento marcadamente diferente da sua antecessora. Ainda no ano de 2016, ocorreu a prisão do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, bem como o afastamento do presidente do Senado, Renan Calheiros (Lucena, Previtali, Lucena, 2017).

Nesse contexto, Avritzer (2018) afirma que a população presenciou, boquiaberta, a conflituosidade travada entre o Judiciário e o Congresso Nacional. Estes, foram expressos, em 2016, além de em uma tentativa de reversão da lei, que havia sido aprovada na Câmara dos Deputados, que se posicionava contra os abusos de autoridade, também na ocorrência de conflitos entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e um ex-presidente do Senado. Já em 2017, foi estabelecida a proibição da conhecida “condução coercitiva”, um instrumento bastante utilizado na Operação Lava Jato.

Além desses elementos que são de fato institucionais, também coexistiam elementos extra institucionais, como por exemplo, os embates entre esquerda e direita, desenrolados nas redes sociais, a inibição dos movimentos populares, e as novas configurações de violência policial, que alcançaram o seu ápice com a intervenção federal no Rio de Janeiro¹⁵ e

¹⁵ Em 16 de fevereiro de 2018, o então presidente Michel Temer, decretou intervenção federal no Rio de Janeiro, a partir de uma medida extraordinária que colocou as forças de segurança do estado sob controle

também com a nomeação de um militar, general, como chefe de segurança no estado (Silva, 2021).

Gallego (2018), compreende a crise da democracia brasileira, como sendo um fenômeno de ordem conjuntural, como tendo origem e alicerce fixado nas forças econômicas, sociais, históricas e políticas que instituem e atestam valores antidemocráticos. Se trata de uma crise multiforme que culmina na decadência das estruturas representativas convencionais e no advento de um estado de mal-estar geral com o andamento democrático atual. De alguma maneira, parece que a mesma conjuntura política que acompanhou as manifestações de 2013, também reavivou as forças reacionárias e neoconservadoras, ligadas às pautas antidemocráticas, que permaneciam letargos após o fim do período militar.

As forças conjunturais que fomentam essa crise são marcadas pelo *impeachment*, pela fúria antipetista, pela ascendência de ideias neoconservadoras e de radicalidade de direita, dentre outras. Por outro lado, dentre as forças estruturais que influíram na crise, se destacam a inconsistência da democracia no interior do sistema capitalista, os traços autoritários que consternam os países periféricos e o neoliberalismo (Silva, 2021).

O neoliberalismo pode ser entendido como uma doutrina econômica, que atua segundo o princípio da mínima intervenção estatal e liberdade de atuação dos agentes econômicos. De acordo com Marilena Chauí (2022), o

das Forças Armadas. Walter Braga Netto, general do Exército, foi nomeado interventor, assumindo a gestão da segurança até o final daquele ano. Essa ação teve como objetivo era conter a escalada da violência e o colapso da segurança pública no estado, agravados por crises financeiras e administrativas. Na época, a intervenção foi amplamente divulgada como sendo uma resposta imprescindível à crise, no entanto, foi alvo de críticas por conta de sua eficácia limitada em conseguir resolver os problemas estruturais que assolavam o estado, tais como o tráfico de drogas, a corrupção policial e a exclusão social. Além do mais, alguns especialistas também sugerem um caráter político na medida, devido a ocorrência em um ano eleitoral, que contribuiu para projetar uma imagem de “ação firme” por parte do governo federal.

marco fundamental da ideologia neoliberal é conceber a sociedade como sendo uma empresa e a privatização dos direitos sociais. Sendo assim, alguns dos principais traços desta ideologia são:

1. A promessa de liberdade. Prega-se uma não intervenção estatal, a partir da tese de que o indivíduo seria livre para escolher como viver e o que fazer, calcada em uma noção de justiça social, onde o produto da vida de cada um seria ocasionado pelas escolhas que somente ele fez. Com isso, ignora-se as dimensões sociais, econômicas e geográficas, e responsabiliza somente o próprio sujeito pela sua existência.
2. O estímulo do ódio ao outro, ao que é diferente. Essa prática se dá principalmente contra aqueles que são socialmente vulneráveis, se relevando como práticas de opressão, pela criação de estruturas de hierarquia, que muitas vezes justificam as práticas de extermínio.
3. Instauração de um discurso totalitário, que estimula a perseguição das formas de expressão e de pensamento crítico diferentes.
4. Enfraquecimento do contato com o espaço de mundo e a noção de espaço tempo, a partir da inserção do mundo virtual. Com isso, perde-se a profundidade da memória no passado, e as possibilidades construtivas para o futuro, afinal, tudo se resume ao eu, aqui e agora.
5. A subjetividade passa a ser uma modalidade narcisista, à medida que não é considerada reflexão e interrogação. Isso ocorre para que o conhecimento não enfrente a realidade como sendo uma experiência que provoque interrogação e pensamento.
6. Reaparecimento do imaginário religioso, a partir de uma teologia da prosperidade, o neopentecostalismo, que sustenta a figura do

empresário de si mesmo, pregada pela ideologia. Com isso, edifica-se uma narrativa ideológica que justifica a exclusão social, a partir da união em torno de uma crença em comum.

7. Surgimento de uma nova forma de subjetividade, dual. Esta condensa em si, uma subjetividade depressiva, que coloca o sujeito em uma eterna competição com os demais, e exige que este a vença, caso contrário, conviva com a culpa pelo suposto fracasso. E a subjetividade narcisista, devido ao estímulo ao individualismo, a voltarem-se para si mesmos, buscando a sua máxima performance, o que leva a um egocentrismo radical.

Pode-se dizer que o avanço do neoliberalismo no Brasil corroborou com a criação das condições ideológicas e sociais que favoreceram a ascensão da figura de Jair Messias Bolsonaro a presidência. Ao propor a deslegitimação da atuação Estatal como responsável pela promoção da justiça social e transferir ao indivíduo a responsabilidade exclusiva pelo seu destino, o neoliberalismo promoveu o descrédito das políticas públicas e minou a confiança nas instituições públicas.

A eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, apoiado tanto pela burguesia nacional e internacional quanto pelos setores da classe média e os segmentos populares conservadores, tratava-se de uma proposta de governo que se propunha a dar conta de aspectos que não vinham sendo considerados nos governos anteriores, tipicamente de esquerda. Pode-se dizer que a extrema direita percebeu em Bolsonaro a possibilidade de impedir a persistência das políticas sociais e democráticas que vinham sendo implantadas a partir de 2003 pelos governos populares (Rodrigues; Araújo, 2023).

No entanto, a eleição também fortaleceu os movimentos reacionários

e neoconservadores, que já estavam ganhando espaço, propiciando que estes passassem a realizar manifestações públicas de caráter homofóbico, sexista, racista e misógino (Silva, 2021). Neste contexto político e social, surgem mobilizações de cunho antidemocrático de direita e extrema direita. O então presidente, inclusive, incorpora essas pautas, ao elogiar o tipo de regime governamental empreendido pelos militares, tecer críticas incisivas contra o congresso, atacar seus adversários políticos, propor lutas contra uma ameaça comunista e abordar temas conservadores de cunho moral e religioso.

Para Rodrigues e Araújo (2018, p.550)

A contínua sensação de desamparo do Estado –ainda resquício de uma visão paternalista da figura do chefe de Estado –acarreta não só na falta de perspectiva de se ter um futuro melhor quanto, consequentemente, em uma apatia social, que faz com que a população não acredite no seu poder de mobilização e deixe de cobrar seus direitos.

Assim, quando surgem discursos de outras vias, que conseguem canalizar esse afeto, facilmente adquirem adeptos. E, com isso, se constituem aos poucos grupos organizados em torno de novas configurações e entendimentos de democracia, mesmo que estas determinem justamente a ausência dela.

Levitsky e Ziblatt (2018) ao analisarem como as democracias padecem, percebem que existem duas regras informais fundamentais para o bom funcionamento da democracia: a tolerância mútua e a reserva institucional. A primeira delas, tolerância mútua, significa a necessidade de reconhecer que, se os rivais políticos atuarem dentro das regras institucionais, eles têm o mesmo direito de existir, competir e governar. A segunda, reserva institucional, diz respeito a necessidade de evitar ações que, apesar de estarem a lei escrita, claramente violam o seu espírito, isto é, não realizar ações que embora constitucionais, violam os costumes.

A tolerância mútua e a reserva institucional têm uma relação adjacente, reforçando-se mutuamente. Quando se encontram bem estabelecidas, a democracia caminha bem e se fortalece, sendo elas, inclusive, a base do sistema de freios e contrapesos da democracia. No entanto, quando a reserva institucional é desconsiderada, ocorre automaticamente um desgaste da tolerância mútua, fazendo com que os adversários sejam tomados como inimigos e a disputa política a existir sem grades de proteção. Sem reserva institucional, o sistema de freios e contrapesos é substituído por impasses e transtornos (Levitsky; Ziblatt, 2018).

Por sua vez, a fragilização da tolerância mútua, como mencionado, faz com que os adversários sejam vistos como grandes ameaças portadoras de perigos iminentes, e que, portanto, precisam ser derrotados, mesmo a custo de medidas autoritárias e violentas (Levitsky; Ziblatt, 2018). Cria-se um cenário de risco e medo, que justifica falas e atitudes incoerentes por parte dos chefes de estados. Tem-se, com isso, uma dificuldade de sustentação da democracia, pois acima da derrota eleitoral dos adversários, a busca é pela eliminação do cenário político.

Isso pode ser percebido na dinâmica brasileira ao passo que ocorre uma polarização no país, entre esquerda e direita. A intolerância e um tipo de ódio sectário passam a conviver diariamente na rotina das pessoas, fazendo com que divergências raciais, religiosas, de concepções de mundo ou de preferência partidária, estabelecessem motivo para rompimento de relações sociais.

Essas posturas de intolerância eram frequentemente apoiadas nos discursos do presidente, onde este incitava o uso da violência, atacava as minorias, fazia analogias sexuais e falava da existência de uma “família tradicional brasileira” e de um tipo de “cidadão de bem”. Isso garantiu o apoio

da parcela da população que vinha sentindo-se moralmente ressentida pelas perdas que vinha sofrendo nos últimos anos em virtude das novas políticas sociais e da crise política e econômica em que o país se encontrava. Tratava-se de uma identificação com o discurso presidencial, que lhes propiciava um “lugar”, supostamente perdido quando os governos populares passaram a ofertar direitos e oportunidades às minorias. Em outras palavras, buscava-se retomar a superioridade da classe média em relação as camadas menos abastadas da sociedade.

Nesse sentido, Rodrigues e Araújo (2023, p.457-458), afirmam que

Com o contínuo distanciamento do reconhecimento dos trabalhadores com a ‘classe trabalhadora’ –devido ao fortalecimento da hegemonia de discursos ligados ao empreendedorismo, a meritocracia e a fragilização dos sindicatos (entre outros motivos) – o bolsonarismo se consolida com base em um discurso antissistema e anti-institucional, apontando o privilégio das classes políticas que enriquecem por meio de práticas de corrupção. Essa crítica comum (quem seria favorável à corrupção?) arrasta apoiadores que finalmente se veem pertencentes a um corpo social comum: a figura de um cidadão “de bem”, que preza pelas suas liberdades, principalmente a liberdade de expressão, tendo como referência valores considerados cristãos, ainda que na prática tais valores não sejam exercitados, e que se veem representados por um homem que não pauta agendas identitárias (cor, raça, gênero, sexualidade) defendendo a ideia de um “todo” homogêneo que seria igual perante a Deus.

Os autores (Levitsky; Ziblatt, 2018) em seus estudos, entendem esse tipo de comportamento como de propensões autoritárias, afirmando que essas tendências, presentes em líderes autocráticos, são frequentemente perceptíveis e em dados momentos, até anunciadas. Ocorre que essas posturas vão sendo, pouco a pouco, normalizadas pelas elites políticas e consequentemente pela população. Foi o que ocorreu no Brasil, a estrutura discursiva normalizou-se, fazendo com que uma nova modalidade de laço social, pautada na exclusão, adviesse.

Nesse mesmo sentido, a Reforma Trabalhista e a regulamentação da

Lei das Terceirizações que foram aprovadas ainda no governo de Michel Temer, somadas ao discurso político do momento e às ideias neoliberais da mídia, culminaram na Reforma da Previdência. Assim, em 13 de novembro de 2019 entrou em vigor a Nova Reforma da Previdência no Brasil, durante o governo de Jair Bolsonaro.

De acordo com Silva (2021), esse conjunto de medidas neoliberais e de contrarreformas do Estado, denotam uma tendência de governo e economia de redução dos direitos sociais da classe trabalhadora. Além do mais, a governabilidade por princípios econômicos ultraliberais, além de diminuir os direitos da classe trabalhadora, também colocou o país em uma posição de dependência econômica ao capital financeiro internacional, reafirmando o lugar do Estado brasileiro na divisão internacional do trabalho.

Para Christian Dunker (2022, p. 284)

A emergência de governos antidemocráticos pelo mundo ao longo dos anos 2010 e 2020 exprime ao mesmo tempo o apogeu e a crise do neoliberalismo. Lembremos que a base social do neoliberalismo era composta por uma aliança entre os verdadeiros capitalistas, proprietários e acionistas, e a classe gerencial, ou seja, os gestores, os síndicos, os intermediários. Esse último grupo foi expandido por processos de precarização e “pejotizações” que culminaram em formas de vida estruturadas como uma empresa. Se o neoliberalismo se caracteriza por uma política ostensiva e calculada de administração de mais sofrimento psíquico para extração de mais produtividade e desempenho, a crise do neoliberalismo e suas correções sintomáticas dão um passo adiante nos termos dessa equação e assumem a verdade desse discurso: os mais fracos devem perecer, os mais fortes têm ainda mais direitos. Sustentabilidade, ecologia, cultura, educação e saúde são periféricos do ponto de vista da produção.

Nesse contexto, os direitos e as políticas públicas que garantem maior qualidade de vida para a população, vão sendo delegadas, afinal não vão de encontro com a lógica produtiva, onde o que de fato importa é o aprimoramento produtivo e de capital. Tem-se uma supervalorização do que é de ordem econômica, em detrimento das relações interpessoais.

Já em 2021, o feriado de 7 de setembro, foi marcado por manifestações tanto pró quanto contra Bolsonaro. As manifestações favoráveis ao presidente reuniram multidões, onde este proferiu discursos de acusação ao Supremo Tribunal Federal (STF), e ao ministro Alexandre de Moraes, declarando que não iria obedecer a ordens e decisões do supremo.

Nas eleições de 2022, percebiam-se mais no que nunca uma sensação de mal-estar nas relações, endossadas pelo compartilhamento de fake News e demonstrativos de ódios entre as pessoas. Neste ano, foram para o segundo turno Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e o então Presidente, Jair Messias Bolsonaro, sendo que o primeiro vence a disputa com 50,90% dos votos. A pequena margem de diferença dos votos, demonstra a situação de polarização em que o país se encontrava e o breve discurso de Jair Messias Bolsonaro, que não reconheceu formalmente o resultado das eleições, incitou ainda mais a revolta de seus eleitores.

No dia 08 de janeiro de 2023, após a posse do presidente Lula, grupos de pessoas se dirigiram a praça dos três poderes, em Brasília, invadindo as sedes do executivo, do legislativo e do judiciário e vandalizando as estruturas. É importante frisar o ato simbólico desse movimento, atrelado as manifestações pedindo a volta do regime militar, demonstram a fragilidade das estruturas democráticas do país.

Avritzer (2018) afirmou que a democracia brasileira, historicamente, admitiu a convivência, em seu cotidiano, de vias antidemocráticas ou contrademocráticas de questionamentos da soberania política e de alguns resultados eleitorais, que aparentemente encontram-se a disposição de quem os quer utilizar, e o são por alguns atores que de tempos em tempos aparecem no cenário político. Nesse sentido, defende que a democracia brasileira se comporta como um pêndulo, que horas se inclina para um lado,

horas para outro, envolvendo períodos democráticos e períodos de regressão democrática.

[...] existe uma diferença entre regressão democrática e momento antidemocrático. Entendo regressão democrática como um momento de diminuição do apoio à democracia por amplas camadas da opinião pública e de contestação de resultados democráticos. Já os momentos antidemocráticos implicam rupturas mais radicais em relação às instituições eleitorais (Avritzer, 2018, p.276).

Os períodos de ampliação democrática, são entendidos como sendo aqueles em que ocorrem eleições sem a contestação de resultados, e que as instituições da contrademocracia reconhecem a soberania popular. O autor (Avritzer, 2018) descreve que os períodos entre os anos de 1945 e 1964 e entre 1994 e 2014, são de expansão do pêndulo democrático. Os períodos de regressão democrática, por sua vez, são os que ocorrem questionamentos em relação aos resultados eleitorais, associando ao fortalecimento das instituições da contrademocracia e que ultrapassam o seu lugar de subordinação ante as instituições constituídas pela soberania popular, como o que se vive desde 2014.

Além do mais, entende-se que as estruturas de defesa de direitos no Brasil são frágeis e não se vinculam às garantias institucionais, mas sim a um arranjo entre às elites que trocou a estrutura legal de direitos por uma ideia de cordialidades, que acarretou na crise atual. Em 2018, a quebra dos direitos passou a se expressar por meio de “intolerância até mesmo em relação às obras de arte, na violação aberta do direito de livre manifestação, na intervenção em relação à liberdade acadêmica e na defesa aberta por membros do Poder Judiciário de limitações nos direitos de defesa e nas garantias individuais” (Avritzer, 2018, p.277).

A partir dessas ponderações, identifica-se que as estruturas de defesa de direitos no Brasil são tradicionalmente fragilizadas, apoiando-se em

acordos informais entre membros da aristocracia, ao invés de em vez de garantias institucionais robustas. Essa dinâmica histórica colaborou para a crise democrática atual, onde a ausência de uma base sólida de direitos levou a retrocessos significativos, como a censura de algumas obras de arte, a violação da liberdade de manifestação e a intervenção na autonomia acadêmica. A crise inclusive se evidencia no Judiciário, com alguns membros defendendo abertamente restrições aos direitos de defesa e às garantias individuais, o que intensifica a sensação de ruptilidade democrática.

Essa vulnerabilidade das estruturas democráticas se encontra enraizada na cultura política brasileira, que, ao longo do tempo, substituiu a aplicação estrita de direitos por uma ideia de "cordialidade" e negociação entre elites (Freire, 2015). Isso debilitou a relação entre o cidadão comum e o Estado, deixando o sistema vulnerável a rupturas em períodos de crise. A intolerância crescente e o questionamento das liberdades fundamentais podem ser concebidos como sintomas desse contexto, indicando como a falta de um sistema legal bem estabelecido contribuiu para a erosão das bases democráticas no Brasil.

Com isso, destaca-se como a alternância entre períodos de ampliação e regressão democrática reflete desafios estruturais que ainda precisam ser enfrentados (Avritzer, 2018). A reconstrução de um sistema mais robusto, que respeite a soberania popular e os direitos fundamentais, é imprescindível para superar a crise atual e evitar novos retrocessos.

Assim como Rodrigues e Araújo (2023, p.560) sustentam:

A democracia brasileira exercida dos anos 2018 a 2022 decerto não foi a democracia pensada na ocasião da instauração da Constituição Cidadã. Os atos de 8 de janeiro de 2023, quando a Praça dos Três Poderes foi invadida por manifestantes que depredaram representações materiais das principais instituições do Estado brasileiro, podem ser lidos como a culminância de um ideal socio

democrático em crise. Esse processo trouxe elementos novos para a conjuntura sociopolítica que ainda carecem de análises profundas diante das suas consequências nas relações sociais desenvolvidas, no impacto nos territórios (em especial, os mais vulnerabilizados), na esfera pública. As políticas estabelecidas durante esse período, tendo sequência ou não nos próximos anos, seguirão influenciando o dia a dia da população. Mais do que isso, os discursos promovidos ainda estarão presentes na esfera pública e afetarão a construção do consentimento de muitos futuros eleitores, que daqui a alguns anos novamente se encontrarão diante de uma urna se questionando ou afirmando que sua decisão é a melhor para a democracia no Brasil.

Percebe-se que, mesmo que a democracia representativa brasileira se proponha a garantir a participação popular, de modo efetivo, ainda enfrenta fragilidades escavas, que se exacerbam em um cenário de desigualdade e de uma retórica democrática que muitas vezes não se traduz em ações concretas.

4 CONCLUSÃO

A partir do estudo denota-se que desde 2013 o país vem vivenciando um processo de enfraquecimento dos valores democráticos, intensificado por embates políticos, questionamento da legitimidade das instituições e ascensão de discursos que tensionam as estruturas da democracia. Essa crise revela um cenário de fragilidade institucional, polarização política e de desconfiança na representatividade democrática. Assim, considerando a história pregressa de constituição do regime democrático no país, a instabilidade política e social atual, a ascensão de forças neoconservadoras e os ataques às instituições republicanas, evidencia-se como a democracia brasileira opera sob uma dinâmica cíclica de avanços e retrocesos (Driemeier, 2025).

Nesse panorama, o enfraquecimento da tolerância mútua e da reserva institucional, tal como apontado por Levitsky e Ziblatt (2018) compromete o funcionamento das regras que mantêm a democracia em adequado

funcionamento, tornando o ambiente perecível a radicalizações e rupturas institucionais. Além disso, ao se denotar que a crise não se limita apenas às questões políticas e sim, se alastra para o âmbito econômico, social e cultural, se desenha um cenário no qual a desigualdade, o individualismo extremo e o enfraquecimento dos direitos sociais corroboram para o abalo do pacto democrático.

Diante deste cenário, resta evidente que a democracia não diz de um sistema que uma vez implementado ocupa um estado permanente e imutável, mas sim um processo que exige constante manutenção, defesa e aprimoramento. O futuro da democracia brasileira depende da conscientização e empenho da comunidade social, ao eleger seus representantes e finalizar o respeito às regras, bem como da capacidade das instituições de se fortalecerem, da recuperação da confiança popular e da construção de um ambiente político que tenha como prioridade o diálogo, a inclusão e a estabilidade.

Somente através de um pacto de compromisso coletivo com os valores democráticos se tornará possível reverter o quadro atual e consolidar um regime capaz de garantir a participação cidadã e a efetividade dos direitos fundamentais.

5 AGRADECIMIENTOS

Agradeço a CAPES pela concessão de uma bolsa de estudos do tipo Demanda Social.

6 REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. O Pêndulo da Democracia no Brasil: Uma análise da

crise 2013-2018. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, n. 2, p. 273-289, maio 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/c3T5mk68ngn7PQ5chVkbhrS/#>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política e econômica do Brasil**: Sociedade, economia e Estado desde a Independência. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia Republicana e Participativa. **Novos Estudos Cebrap**, n. 71, p. 77-91, 2005. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=14181>. Acesso em: 23 out. 2023.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia?** [palestra ministrada ao canal do] Instituto Conhecimento Liberta em 07/04/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U8CZI2VQeiA>. Acesso em: 10 mai. 2025.

DRIEMEIER, Giovana Smolski. **Aproximações entre teoria Freiriana e Psicanálise**: interfaces do conceito de laço social na democracia brasileira. 2025. 109 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, 2025.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Lacan e a democracia**: Clínica e crítica em tempos sombrios. São Paulo: Boitempo, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

G1. **Manifestações contra o governo Dilma ocorrem pelo país**. G1, Rio de Janeiro, 13 mar. 2016. Disponível em:
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contragoverno-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

GALLEGO, Esther Solano. **Crise da Democracia e extremismos de direita** (Análise, No. 42). São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2018.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes. **A crise da democracia brasileira**-Volume I. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

MACIEL, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião pública**, Campinas, v.11, n.1, 2005. Disponível em:
https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/artigo/2. Acesso em: 15 mai. 2025.

MOURA, José Antonio Ribeiro de; SANTOS, Everton Rodrigo; CABRAL, Sueli Maria.

Desenvolvimento e Democracia: uma análise comparada do modelo Gerencial e modelo

Societal. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 14,

n. 1, p. 43-69, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/49178>. Acesso em: 14 mai. 2024.

NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres**. São Paulo: Saraiva, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 100, p. 119-153, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yy7GFGFWK8tkCfLHM8TrFNM/?lang=pt#>. Acesso em: 19 ago. 2024.

RODRIGUES, Barbara Nascimento; ARAÚJO, Cristina. BRASIL “EM TESE”: ideologias em disputa, democracia em jogo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 27, n. 2, p. 545-563, 19 Dez 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/22804>. Acesso em: 17 abr. 2025.

SENADO FEDERAL (Brasil). Queda da popularidade de Dilma repercute entre senadores. **Rádio Senado**, Brasília, 18 mar. 2015. Disponível em: <https://https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2015/03/18/queda-da-popularidade-de-dilma-repercute-entre-senadores>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. **Revista Katálisis**, v. 24, n. 1, p. 119-126, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/fSC79qvyV35qddNBdpTBRCs/?format=html#>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.